

DOMINIQUE POULOT

Uma história do patrimônio no Ocidente,
séculos XVIII-XXI
Do monumento aos valores

Tradução
Guilherme João de Freitas Teixeira



Estação Liberdade

20451
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo
BIBLIOTECA

O TRABALHO DO LUTO

Em 1830, os passantes ainda podiam ver o Torniquete pintado na tabuleta de um comércio de vinhos; no entanto, mais tarde, a casa foi demolida. [...] Infelizmente! As construções antigas de Paris desaparecem com uma rapidez assustadora. Em diferentes trechos desta obra, algumas ainda estão de pé: seja o tipo de moradia da Idade Média, tal como a casa descrita no começo de Chat-qui-pelote e da qual ainda subsistem um ou dois modelos; seja a casa habitada pelo juiz Popinot, na rue du Fouarre, espécime da velha burguesia; aqui, os vestígios da casa de Fulbert; ali, toda a bacia do rio Sena, durante o reinado de Carlos IX. Como novo Old Mortality — romance em que o idoso de Walter Scott reanimava os túmulos — por que motivo o historiador da sociedade francesa não salvaguardaria essas curiosas expressões do passado?

Balzac, *Scènes de la vie parisienne: Splendeurs et misères des courtisanes*, 4: *Les Petits Bourgeois*, cap. 1, “Le Paris qui s’en va”, 1843.

A narrativa de Augustin Thierry, que relatava sua descoberta, no início de 1820, da grande coleção dos historiadores originais da França e das Gálias (a de Dom Bouquet, 1738-1767), é emblemática do despertar de uma vocação para a leitura de antigos trabalhos beneditinos que, havia sessenta anos, tinham sido votados ao esquecimento. Mesmo que ela tenha sido encenada, posteriormente, tal enxerto do historiador no antiquário era marcado pela emoção de um desapossamento e pela vontade de restituição: “À medida que eu avançava nessa leitura”, lê-se no prefácio de *Dix Ans d’études historiques*, “a viva impressão do prazer que me causava a descrição contemporânea dos homens e das coisas de nossa história antiga foi seguida por um surdo movimento de cólera contra os escritores modernos que, longe de reproduzirem fielmente esse espetáculo, haviam disfarçado os fatos, desnaturalizado os caracteres...”

Se a constatação parece óbvia, a elaboração de uma nova relação de fidelidade com o passado exige, todavia, relações inéditas entre visível

e invisível.¹ O projeto de história nova tem dificuldade para desligar-se de um gênero retórico convencional, da influência de antiquários grudados aos detalhes, enfim, de uma exigência de pitoresco pronto a aceitar citações em francês antigo para fornecer a “fisionomia do tempo” aos leitores. Daí em diante, o desafio do historiador consistia em “descrever os homens de outrora com a fisionomia do tempo em que eles tinham vivido, mas ele próprio falando a linguagem de (seu) tempo”. E o depoimento de Thierry prossegue: “Nesta tentativa de conciliação entre métodos tão diversos, eu ficava incessantemente hesitante entre dois obstáculos. Eu caminhava entre dois perigos: o de atribuir demasiada importância à regularidade clássica, perdendo assim a força da cor local e da verdade pitoresca; e o outro, ainda mais grave, de obstruir minha narração com uma infinidade de fatos insignificantes, talvez poéticos, mas incoerentes e desprovidos de seriedade e até mesmo de significação para um leitor do século XIX.”² Após uma pesquisa obstinada, Thierry — um dos primeiros historiadores a trabalhar a partir de fontes originais — teve graves problemas de vista. Entretanto, essa nova obscuridade ou, antes, essa cegueira do historiador diante dos textos, deixou-lhe (somente durante um instante) a possibilidade de ler os monumentos graças a uma espécie de talento multiplicado. No decorrer de uma viagem na Provence, em 1825 — na companhia do historiador, linguista, crítico e erudito Ch.-Cl. Fauriel —, ele escreveu: “Eu dispunha de uma visão apenas suficiente para olhar à minha frente, mas na presença dos edifícios ou das ruínas, cuja época deveria ser reconhecida e cujo estilo deveria ser determinado, não sei que tipo de sentido interno vinha prestar ajuda aos meus olhos. Animado pelo que eu designaria, de bom grado, por

1. Sobre o historiador, cf. Lionel Gossman, “Augustin Thierry and Liberal Historiography”, in *Between History and Literature*, Cambridge: Harvard University, 1990, p. 83-151.

2. Lembremos que a cegueira do cientista é, aqui, o equivalente do imposto do sangue, porque, neste prefácio a seus “dez anos de estudos históricos”, datado de 10 de novembro de 1834, Thierry afirmava o seguinte: “Se, como tenho prazer em acreditar, o interesse pela ciência encontra-se entre os grandes interesses nacionais, dei ao meu país tudo o que lhe dá o soldado mutilado no campo de batalha.” (Augustin Thierry, *Lettres sur l'histoire de France: Dix Ans d'études historiques*, Paris: Garnier frères, 1866, p. 310.)

paixão histórica, eu conseguia enxergar mais longe e de forma mais nítida.”³ Ao olhar instruído, o monumento ou as ruínas oferecem o livro aberto da história. Uma espécie de imediatidade da leitura, resultado de longos esforços preliminares, culminava em uma “história que se absorve pelos olhos”⁴, segundo a esplêndida fórmula de Michelet.

Com efeito, Thierry adotou plenamente a convicção de que os monumentos são os historiadores das respectivas nações. “Para o verdadeiro filósofo, as Artes são os historiadores populares de um grande número de fatos, opiniões e tradições que compõem a existência moral das nações. A influência dos monumentos sobre o espírito, a memória e o entendimento procede, frequentemente, não tanto de sua própria perfeição, mas de sua ancianidade, da autenticidade de seu uso e de sua publicidade. Esses livros originais, sempre abertos à curiosidade pública, levam sua instrução para fora, comunicando-a sem reservas ao sentimento que os consulta sem esforço.”⁵

Para adquirir seu pleno valor, essa afirmação deve superar, em primeiro lugar, a ruptura revolucionária. As polêmicas da década de 1830 sobre a pertinência de uma conservação dos monumentos inscreviam-se neste contexto: preservar os castelos e as igrejas era reconhecer seus valores tradicionais, negando *de facto* aos compradores a plena capacidade para servir-se ou usufruir desses monumentos. Eis o que era afirmado explicitamente por Victor Hugo: “Quaisquer que sejam os direitos da propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores [...], tão imbecis que eles nem compreendem que são bárbaros.”⁶ Inversamente, o panfletário e erudito, Paul-Louis Courier desejava o desmantelamento do parque de Chambord pela *bande*

3. *Ibidem*: “Cego, sofrendo sem esperança e quase sem tréguas, posso prestar este testemunho que, feito por mim, não suscitará qualquer suspeita: neste mundo, a dedicação à ciência é preferível às fruições materiais, à fortuna e à própria saúde.”

4. De acordo com o título do artigo de Pierre Malandain, “L'histoire qui se prend par les yeux...”: Michelet et Rubens”, in *Annales ESC*, n. 29, 1974, 2, p. 349 ss.

5. Augustin Thierry, *op. cit.*, p. 47.

6. Victor Hugo, *Œuvres complètes*, I: *Philosophie*, 1819-1834; Eugène Renduel (org.), *Littérature et philosophie mêlées*, mar. 1834, p. 73.

*noire*⁷ para revender os terrenos aos camponeses. “Os monumentos conservam-se nos lugares, tais como Balbek, Palmira e sob as cinzas do Vesúvio, em que os homens pereceram; mas, alhures, ao renovar tudo, a indústria declara-lhes uma guerra sem tréguas [...]. O que aconteceria com o mundo se cada época respeitasse, reverenciasse e consagrasse, por critério de ancianidade, todas as obras dos tempos passados, sem ter a ousadia de tocar, destruir ou remover seja lá o que for? [...] Será pelas lembranças que esses castelos e esses claustros góticos são respeitáveis? À nossa volta, que ideia pode ser feita de monumentos tais como Chenonceau, Le Plessis-lès-Tours, Blois, Amboise, Marmoutiers? Evocação de vergonhosas devassidões, infamantes traições, assassinatos, massacres, suplícios, torturas, execráveis crimes, luxo e luxúria, além da crassa ignorância de párocos e monges, para não falar do que ainda é pior: a hipocrisia. Deus disse: ‘Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra’, ou seja, cultivai a terra com esmero — com efeito, sem esse cuidado, como será possível povoá-la? E compartilhai a terra — mas sem essa partilha, como será possível cultivá-la? Ora, a *bande noire* empenha-se, precisamente, a proceder a essa partilha de comum acordo, amistosamente, sem disputas, o que é, afinal de contas, uma boa e santa obra. Esses destruidores de terras trazem um grande benefício para a terra, dividem o trabalho, ajudam na produção e, na execução de tais ações, sua contribuição para a indústria e para a agricultura é superior a tudo o que possa ter sido empreendido por qualquer ministro, administrador regional ou agência de fomento sob a proteção desse administrador.”⁸ Nesse sentido, o verdadeiro romance do monumento histórico desses anos era *Les Paysans* de Balzac, e não tanto *Notre-Dame de Paris*. Balzac e Victor Hugo vituperavam os novos compradores, burgueses usurários que revendiam as grandes propriedades em lotes aos camponeses, enquanto P.-L. Courier e o Michelet de *Le Peuple* defendiam a regeneração do mundo rural pela pequena propriedade em decorrência da liquidação dos grandes domínios da aristocracia.

7. Literalmente, “bando negro”. Na época, tais grupos obstinavam-se a pilhar as grandes propriedades. [N.T.]

8. P.-L. Courier, V^e lettre au rédacteur du *Censeur*, [enviada de] Véretz, em 12 de novembro de 1819, in *Lettres au rédacteur du Censeur*, Paris: Comte, 1820.

Uma consciência literária

A eficácia da literatura na patrimonialização é bem conhecida. Desde a origem, a literatura artística identificou-se com a erudição religiosa e cívica, associada à glória de sua localidade e preocupada em justificar sua preeminência em relação com a reputação de outras cidades e regiões.⁹ Mais tarde, a literatura foi um “ator do surgimento da sensibilidade ao patrimônio”, segundo a fórmula de Jacques le Goff.¹⁰ Desse ponto de vista, sua análise deveria considerar a evolução de alguns gêneros — tais como o pitoresco — e, de forma mais abrangente, as vicissitudes da posição e do papel do escritor na sociedade. Constatação tanto mais verdadeira que a emergência, no âmago da sociedade francesa, de um depósito de valores específicos, tal como o “patrimônio”, é contemporânea da aparição de um novo poder espiritual laico, ou seja, o do escritor. Assim, seria possível explicar que, na França, a história do patrimônio tenha sido profundamente alimentada pela literatura, sem que a eminência da sacralidade literária tenha sido, algum dia, ameaçada pelo predomínio das belas-artes.

Nessa elaboração complexa, os decênios de 1820-1840 são certamente centrais, ao construírem, por exemplo, a imagem de Victor Hugo como poeta dos monumentos históricos — uma reputação fielmente sublinhada, em seguida, pela história da arte. Na importante obra *Histoire de l'art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, organizada por André Michel, em 1925, Victor Hugo aparece no início do tomo VIII, dedicado à arquitetura na França: de acordo com o comentário, Hugo — posicionado entre o barão Taylor¹¹, os historiadores, Augustin Thierry e François Guizot, por um lado, e, por outro, Chateaubriand

9. Cf. G. Previtali, *Le Goût des primitifs*, Paris: Gerard Monfort, 1994.

10. Jacques Le Goff, *apud* P. Nora, *Science et conscience du patrimoine*, Paris: Fayard, 1998, p. 121.

11. Cf. Françoise Choay, *A alegoria do patrimônio*, 3.^a ed., São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2006, p. 146, nota 50. [N.T.]

ou Montalembert¹² —, no prefácio de 1831 de *Notre-Dame de Paris*, escreveu “um hino à arquitetura gótica”. O poeta passava por ser o meio-termo, se é que podemos nos exprimir assim, entre o campo católico e legitimista e o campo liberal; entre os historiadores ou os arqueólogos e os letrados. Assim, em suas obras, o escritor romântico sancionava a emergência de novas curiosidades, vulgarizava os conhecimentos eruditos, exercia influência sobre os interesses de ordem científica e, finalmente, contribuía para o repertório das fontes da história.¹³

Basta comparar a geração literária anterior a 1789 com aquela posterior a essa data para mostrar a novidade patrimonial do século XIX. Eis um dos textos mais famosos que, no *Salon* de 1767, Diderot dedicou aos vestígios do passado: “Oh, as belas, as sublimes ruínas! [...] Quanto efeito! Quanta grandiosidade! Quanta nobreza! Digam-me quem é seu proprietário a fim de que eu possa sutilizá-las, ou seja, o único recurso que resta a um indigente para se apropriar de algo. Infelizmente, talvez, elas nem deem qualquer felicidade a seu rico e estúpido dono; eu, pelo contrário, seria tão feliz em possuí-las! Proprietário indolente, esposo obcecado! Será que te prejudico ao apropriar-me dos encantos que ignoras ou menosprezas?”¹⁴

Eis, por contraste, um dos trechos mais citados de Victor Hugo: “Se esta situação se mantiver durante algum tempo, em breve, o único monumento nacional que vai sobrar à França será a obra *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*, em que o lápis de Taylor e a pluma de Charles Nodier rivalizam em graciosidade, imaginação e poesia. [...] Chegou a hora de impedir que seja quem for se mantenha em silêncio. Impõe-se que um grito universal convoque, finalmente, a nova França a prestar socorro à antiga. Todos os gêneros de profanação, degradação e estragos têm ameaçado, simultaneamente, o pouco que

12. Charles Forbes, conde de Montalembert (1810-1870), escritor, político e polemista francês. Cf. Françoise Choay, *op. cit.*, p. 134. [N.T.]

13. Jean Mallion, *Victor Hugo et l'art architectural*, Grenoble: Imprimerie Allier, 1962. De forma mais abrangente, cf. as reflexões de Jacques Le Goff, *Histoire et mémoire*, Paris: Gallimard, 1977, e seu prefácio para o livro de Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, Paris: A. Collin, 1997.

14. *Salon* de 1767, XI, *apud Diderot sur l'art*, Paris: Hermann, 1978, p. 170.

nos resta dos admiráveis monumentos da Idade Média em que ficou impregnada a antiga glória nacional; eles associam a memória dos reis à tradição do povo. [...] Em um edifício, existem dois aspectos: seu uso e sua beleza; o primeiro pertence ao proprietário, enquanto sua beleza cabe de direito a todo o mundo; portanto, ao destruí-lo, desconsidera-se tal direito.”¹⁵

O contraste entre Diderot e Victor Hugo é instrutivo em vários aspectos: começando pela diferença dos objetos, já que se trata de quadro de ruínas no primeiro caso, enquanto no segundo de ruínas bem reais. Certamente, o circuito entre a *fabrique* representada em pintura e a *fabrique* real, ou seja, aquela que é erguida pelos jardineiros, marcou a segunda metade do século XVIII, como vimos mais acima; assim, nesta transferência das ruínas, somos tentados a ver um processo no mínimo idêntico. Victor Hugo, porém, lançava um apelo para reparar essas ruínas e interromper essa degradação, em nome do respeito pelo monumento original; nada disso, com toda a evidência, em Diderot, para quem o desmantelamento era respeitável por ser digno de interesse em si mesmo, além de pretexto a um desenvolvimento filosófico. Esse é o sentido de outro trecho do *Salon* de 1767: “As ruínas despertam em mim grandes ideias. Tudo se aniquila, tudo desaparece, tudo passa. Apenas o mundo subsiste. Apenas o tempo perdura. Como este mundo é velho! Faço meu caminho entre duas eternidades. Ao observar, de qualquer ponto, os objetos à minha volta, eles me anunciam um fim e me resignam ao fim que me espera.”¹⁶

A diferença é, também, impressionante em relação à atenção prestada à propriedade e aos proprietários: Diderot dava testemunho de um tom de época naturalmente hostil à posse privada de objetos, seja por gosto ou por cultura. A equivalência entre propriedade e esterilidade

15. V. Hugo, *Guerre aux démolisseurs*, versão de 1825, nova edição de Patrice Béghain, *Guerre aux démolisseurs! Hugo, Proust, Barrès: Un Combat pour le patrimoine*, Paris: Paroles d'Aube, 1997, p. 45-47.

16. *Salon* de 1767, XI, *op. cit.*, p. 170. Mais tarde, Alois Riegl (cf. cap. 5) designará por valor de anciandade o que o século XVIII havia qualificado, naturalmente, como espetáculo sublime: eis porque ambos estão afastados, por razões diversas, da definição canônica do monumento histórico.

ou, no mínimo, tédio, era comum em numerosas críticas das Luzes: essa é, aliás, a lição de *Candide* quando, na companhia de Martin, o herói chega a Veneza para visitar o grande senador Pococurante no palácio de La Brenta e usufruir das obras de Rafael, da música e dos livros desse faustoso personagem. No entanto, esse bibliófilo que, tendo lido todos os livros, os desdenhava, será verdadeiramente um homem superior? Do mesmo modo, contra os proprietários enfiados com suas posses, Rousseau defendia, em *Émile*, o despojamento do amante: “Eu teria renunciado a uma galeria e a uma biblioteca, sobretudo, se eu apreciasse a leitura e tivesse um conhecimento aprofundado de pintura.”¹⁷ No final do século, o *Dictionnaire des beaux-arts* de Watelet-Levesque fornecia a vulgata dessa desconfiança em relação aos fazedores de gabinetes, deplorando a confiscação de sua fruição entre as mãos de ignorantes ou presunçosos, além de reclamar sua abertura ao público.

Victor Hugo é tributário, de algum modo, das condenações banais do filistinismo: mas o “roubo” evocado por Diderot havia deixado de ser atual porque, após 1789, desaparecera certa ingenuidade intelectual. A socialização reivindicada daí em diante foi marcada pela experiência das reviravoltas introduzidas pelas novas noções de nacionalização e de vandalismo. Assim, Chateaubriand havia estabelecido a distinção entre os estragos do tempo e a decadência dos homens para condenar, de forma mais argumentada, “a criminalidade histórica”, segundo a expressão de Francesco Orlando ao falar dos monumentos.¹⁸ O apelo ao interesse geral para legitimar eventuais expropriações figurava, por conseguinte, entre as novidades da intervenção hugoliana: “Quando, cotidianamente, o interesse geral faz ouvir sua voz, a lei impõe o silêncio aos uivos do interesse privado. A propriedade particular foi, frequentemente, e continua sendo, em todos os momentos, modificada no sentido da comunidade social. Compra-se, à força, um terreno para transformá-lo em uma praça; uma casa, para se tornar um hospício. Um dia, o monumento privado será comprado.”

17. Rousseau, *Émile*, Livro IV, Paris: Garnier-Flammarion, 1990, p. 455.

18. Francesco Orlando, *Gli oggetti desueti nelle immagini della letteratura*, Turim: Einaudi, 1993, p. 306.

O novo aspecto da situação traduzia-se, finalmente, pelo apelo ao espaço público: enquanto Diderot dirigia-se à Europa das Luzes por via da correspondência de Grimm, Victor Hugo tinha a intenção de empreender uma verdadeira campanha de opinião, assim como é manifestado pelo título de seu artigo. Ele reivindicava, por isso mesmo, o *status* de porta-voz que, em caso de necessidade, podia ser requisitado por seu campo. “Oh Hugo! Empresta-me tua indignação inflamada”, escreve, com humor, Mérimée a Ludovic Vitet ao narrar-lhe as atrocidades cometidas na abadia de Saint-Savin — o mais importante conjunto de pinturas murais de estilo românico conservado na França.¹⁹ O monumento histórico tornava-se um programa de escrita e ao mesmo tempo um objeto de apropriação pelo escritor.²⁰ Em segundo plano, surgiam as especulações filosóficas sobre as ruínas marcadas pela temática do sublime, em primeiro lugar, e em seguida pela literatura artística; a mutação do pitoresco era seu elemento essencial, que culminou em *Ballades* de 1826 e em *Orientales* de 1829, livros que indicavam a introdução da cor exótica e, depois, medieval na poesia francesa.

A glória de Victor Hugo devia-se ao fato de ter reconhecido ao novo patrimônio francês — ou seja, a arte da Idade Média, com a qual ele se identificava inteiramente — uma modernidade e uma atualidade que, posteriormente, nenhum outro artista foi capaz de lhe conferir em tal grau, nem dessa forma.²¹ Com os versos sobre o Arco de Triunfo de 1837, as igrejas góticas deixaram de ser as únicas a confundir-se com a natureza no âmago de civilizações soterradas. Por sua vez, o poema “Passé” de 1835, do livro *Les Voix intérieures*, é dedicado a determinado “grande castelo do tempo de Luís XIII”, o que correspondia a uma moda da época de Luís Filipe (período da Monarquia de Julho, 1830-1848), ilustrada no mesmo momento pelos escritores, Théophile

19. Poitiers, em 15 de julho de 1840, in Maurice Parturier (org.), *Lettres de Mérimée à Ludovic Vitet*, Paris: Plon, 1934, p. 14.

20. Cf. Ségolène Le Men, *La Cathédrale illustrée de Hugo à Monet*, Paris: CNRS, 1998, “La cathédrale et le sacre de l’auteur”, p. 24-25.

21. Nicole Savy e Guy Rosa (orgs.), *L’Œil de Victor Hugo*, Paris: Cendres/Musée d’Orsay, 2004 (Atas do Colóquio, 19 a 21 de setembro de 2002, Paris, Musée d’Orsay).

Gauthier e Gérard de Nerval.²² Em compensação, o Renascimento continuava sendo estigmatizado; além disso, Montalembert, na carta enviada a Victor Hugo, publicada na *Revue des Deux-Mondes* de 1º de março de 1833, criticava essa primeira modernidade para enaltecer ainda mais a arte religiosa da Idade Média.²³

Victor Hugo inaugurou a figura do escritor que inventa o patrimônio, porta-voz dos monumentos, em relação com uma religião estética que se erguia vigorosamente contra o prosaísmo burguês e contra todas as formas de destruição da beleza. No entanto, a ideia de um patrimônio assumia, nesse contexto, a forma de uma moldura, de uma encadernação — ainda de acordo com a afirmação de Victor Hugo — destinada a valorizar a história. Ao participar da inauguração, em 10 de junho de 1837, do museu de todas as glórias da França, seu olhar dava a impressão de atravessar o castelo para considerar, de saída, os anais do país: “Ao livro magnífico, cujo título é a história da França, conferiu-se a magnificente encadernação que é designada por Versalhes”.²⁴ Assim, Versalhes ilustrava como o patrimônio é “enquadramento” da história: nesse sentido, conservar os monumentos consiste não tanto em conservar a história — que será lida sempre pelos historiadores —, mas homenageá-la ao preservar sua moldura.

Os desafios a enfrentar por uma geração

No âmago da genealogia oficial do “culto moderno aos monumentos”, Guizot parece ter sido vítima de um esquecimento, em benefício de

um pequeno grupo pioneiro do qual ele não faz parte, assim como de organismos instalados por sua iniciativa sem que ele tivesse assumido qualquer função direta. Assim, Antonin Proust evocaria, em 1887, apenas cinco antecessores: Alexandre Lenoir, talvez, na época, no auge de sua reputação; os indispensáveis gênios da causa, Chateaubriand e Victor Hugo; por último, Augustin Thierry e Prosper Mérimée. Destes dois últimos personagens, o primeiro havia fornecido a legitimidade científica do empreendimento: “Nestes livros (de pedra), encontra-se o que Augustin de Thierry designa por alma da história: e aprendemos a lê-los por ele e pelos grandes fundadores da escola histórica do século XIX.” Por sua vez, o segundo foi considerado o fundador da administração ao propor, após a Revolução de Fevereiro²⁵, “a reunião de todos os serviços que têm a ver com as artes”²⁶.

Este eclipse de Guizot não foi o resultado exclusivo da condenação do político; sua reputação de “conservador” padecia de um descrédito associado à sua insuficiente “francidade”, por ser visto, na época, como discípulo do estadista prussiano Friedrich Ancillon e admirador do historiador britânico E. Gibbon. Ele não confessava o entusiasmo patriótico julgado apropriado — com o gosto romântico pela Idade Média — ao compromisso patrimonial. A altivez afetada de seu livro *Cours d'histoire moderne* manifestava uma carência afetiva, assim como aconteceu com um de seus projetos — abrir, em Versalhes, um museu do “Ideólogo” —, que o senso político do soberano transformou em espetáculo propício a influenciar a opinião pública, à semelhança — de acordo com a expressão forjada pelo historiador norte-americano dos usos da história Stanley Mellon — da “filosofia da magnanimidade”.²⁷

22. V. Hugo, *Œuvres poétiques*, Paris: Gallimard/La Pléiade, I, p. 970-971. Cf. ainda “La Statue” (1837), in *Œuvres poétiques — Les Rayons et les Ombres*, p. 1105-1108. Sobre esse tema, cf. os comentários de Francesco Orlando, *op. cit.*, p. 313.

23. Paul Bénichou, *Les Mages romantiques*, Paris: Gallimard, 1989, p. 194.

24. V. Hugo, *Choses vues, 1830-1846*, Paris: Gallimard, 1972, p. 153-154. Eis seu comentário: “Aprovo o que o rei Luís Filipe fez em Versalhes. A realização dessa obra demonstra que ele foi grande como rei e imparcial como filósofo; que transformou um monumento monárquico em um monumento nacional; que conferiu uma ideia imensa ao passado, tendo colocado 1789 diante de 1688, o imperador no lugar do rei, Napoleão no lugar de Luís XIV.”

25. Segunda revolução francesa do século XIX, que se desenrolou em Paris de 23 a 25 de fevereiro de 1848. Ao imporem a abdicação do rei Luís Filipe, os revolucionários, apoiados pelos liberais e republicanos, criaram a Segunda República (1848-1852). [N.T.]

26. Antonin, *Rapport fait au nom de la Commission chargée d'examiner le projet de loi...*, Paris, 1887, Chambre des Députés, n. 1501; e *Recueil de Pièces relatives à la conservation des monuments* (coletânea de obras diversas), Paris: Bibliothèque Nationale, 1849-1888, 18 peças, fol. L 212, 212, peça n. 13.

27. Um “grande museu etnográfico no qual seriam depositados os monumentos e os vestígios dos costumes, usos, vida civil e na guerra, em primeiro lugar, da França e também de todas as nações do mundo” (F. Guizot, *Mémoires pour servir à l'histoire de*

A fórmula de Michelet — em sua dedicatória ao inspirador da república laica, E. Quinet, que serve de prefácio ao livro *Le Peuple* — era, neste caso, reveladora: a Guizot, ele atribuía a análise, enquanto Thierry encarnava a narração, e ele próprio a ressurreição.

No entanto, ao refletir o descrédito generalizado que afetou o ministro de forma duradoura, sua exclusão não deixava de dar testemunho de um postulado de unanimidade nacional em matéria de patrimônio: parecia indecente que a iniciativa e a responsabilidade pela proteção dos monumentos fossem atribuídas a um estadista. Em compensação, a evocação de uma responsabilidade coletiva — o voto das Assembleias Revolucionárias ou a reivindicação dos espíritos cultos sob a Restauração (1814-1830) — permitia sugerir uma tomada de consciência, pela comunidade nacional, de seu passado.

O discurso patrimonial empenhava-se, de maneira geral, a esboçar as etapas de uma dedicação — desde a coragem demonstrada no combate contra os vândalos até a abnegação do cientista — e limitava-se a atribuir um interesse de erudição à criação de uma administração. Neste caso, a evocação de Guizot servia apenas para negar-lhe, de forma mais nítida, qualquer originalidade, até mesmo qualquer responsabilidade efetiva: ele passava por ser o intérprete, com toda a certeza experiente, de um progresso da opinião pública associado ao novo espírito das artes e da história; seu grande mérito consistiu em ter conseguido aplicar-lhe a conveniente sanção governamental. Tal interpretação adotava grandemente a filosofia dos próprios doutrinários.²⁸

Em compensação, a história política clássica da Monarquia de Julho assimilava frequentemente sua ação patrimonial a um artifício destinado a desviar as energias da crítica e do combate contra a Câmara

dos Deputados; de acordo com determinada tradição, tais medidas eram consideradas como um plano maquiavélico para enfraquecer a classe intelectual. Atualmente, para alguns pesquisadores, a questão do patrimônio em Guizot tornou-se “a vertente oposta da farsa nacional do ‘enriqueçam’”²⁹; ela seria a “herança fictícia dos deserdados”, o “álibi econômico à propriedade privada”. A tal ponto que a denúncia dessa particular “conivência entre o capitalismo e o patrimônio”³⁰ forneceu a derradeira condenação do regime. Para a ideologia oposta — que identificava o burguês conquistador com o precursor da decadência — Guizot passava por ser, ao contrário, o primeiro gestor do declínio espiritual do Ocidente.³¹

Para além de tais processos peremptórios, as análises da obra “patrimonial” de Guizot interessaram-se, sobretudo, pelo projeto de 1833, que advogava uma “publicação geral de todos os materiais importantes, e ainda inéditos, sobre a história da nossa pátria”, assim como pela fundação da Sociedade da História da França e pelo Comitê dos Trabalhos Históricos. Aliás, ninguém contesta a importância desse legado; sobretudo, “essa instituição historiográfica é o aspecto que, acima de qualquer outro, mostra a indissociabilidade dos vínculos entre o estadista e o historiador”.³² Assim, a iniciativa arqueológica foi relegada para uma quase obscuridade em relação ao trabalho arquivístico; acertadamente, se levarmos em consideração que, nessa matéria, o interesse de Guizot parece ser, em uma primeira abordagem, singularmente menos notável. Todavia, o deslocamento da curiosidade para um episódio, mencionado superficialmente, da carreira política e da reflexão sobre a história do “senhor Guizot” pode revelar-se fecundo:

29. Pierre-Marc de Biasi, “Système et déviances de la collection à l’époque romantique”, in *Romantisme*, n. 27, 1980, p. 77-93.

30. Bernard Deloche, *Museologica: Contradictions et logique du musée*, Paris-Lyon: J. Vrin, 1985.

31. De acordo com a afirmação do narrador de Jacques Laurent em seu romance *Les Sous-Ensembles flous*, Paris: Grasset, 1981, p. 44.

32. Charles-Olivier Carbonell, “Guizot, homme d’État, et le mouvement historiographique français du XIX^e siècle”, in *Actes du Colloque François Guizot*, Paris: Société de l’Histoire du Protestantisme Français, 1976, p. 221 (Atas do colóquio, Paris, 22-25 de outubro de 1974).

mon temps, 8 vols., Paris, 1858-1867, t. II, p. 69). Charles-Henri Pouthas havia sublinhado bastante o vínculo entre os Ideólogos e Guizot em *Guizot pendant la révolution*, Paris: Plon, 1923; e em *La jeunesse de Guizot*, Paris: Alcan, 1936. Cf. ainda Stanley Mellon, *The Political Uses of History: A Study of Historians in the French Restoration*, Stanford: Stanford University Press, 1958; e, neste caso, “The July Monarchy and the Napoleonic Myth”, in *Yale French Studies*, vol. 26, 1960, p. 70-78.

28. No original, *Doctrinaires*, denominação atribuída, sob a Restauração, ao pequeno grupo de monarquistas franceses que esperavam reconciliar a monarquia com a Revolução, assim como a autoridade com a liberdade. [N.T.]

a contrapelo de uma comemoração do primeiro artesão do patrimônio, trata-se de reconhecer, neste livro, a unidade de um projeto que inspirou as medidas adoradas e os discursos proferidos, sem reduzi-lo, imediatamente, à preocupação política.

A Restauração foi, por excelência, o período em que, de acordo com a constatação de Chateaubriand no prefácio de *Études historiques* de 1831, “tudo — polêmica, teatro, romance, poesia — assume a forma da história”. Tendo chegado à mesma conclusão, Guizot tirou partido dessa situação favorável para lançar a *Collection de mémoires relatifs à l’histoire de France* (1823), cuja apresentação afirmava o seguinte: “Os monumentos originais de nossa antiga história foram até aqui o patrimônio exclusivo dos cientistas; tendo sido mantido a distância, o público só teve a oportunidade de conhecer a França e sua vida, dos séculos V ao XIII, por intermédio das obras de escritores modernos.” Essa moda estendeu-se à custa das outras encarnações do universal. Enquanto as publicações francesas de arqueologia nacional suscitavam a admiração da Europa erudita do século XIX, os estudos sobre a civilização romana e, em menor medida, sobre a civilização grega foram abandonados a partir de 1815. Mais tarde, Camille Jullian poderá escrever que “a Restauração é uma das épocas em que, na França, a Antiguidade Romana foi menos estudada e, aliás, nunca mais conseguimos recuperar o avanço que, então, deixamos escapar para nossos rivais”.³³

A partir da década de 1830, o historiador foi levado a enfatizar a reunião confusa de conhecimentos que havia sido desdenhada por seus predecessores. Essa mutação decisiva inspirou a Chateaubriand — observador favorável, embora pouco preocupado em inscrever-se nessa corrente — uma célebre constatação: “Nas suas narrativas, os analistas da Antiguidade não introduziram, de modo algum, o quadro dos diferentes ramos da administração: as ciências, as artes, a educação pública eram rejeitadas da área da história; Clio prosseguia com maior leveza seu caminho, aliviada do pesado fardo que, atualmente, ela

arrasta atrás de si. Agora, a história é uma enciclopédia; tudo tem de ser incluído no seu domínio, desde a astronomia até a química; desde a arte do financista até a arte do fabricante; desde o conhecimento do pintor, escultor e arquiteto até a ciência do economista; desde o estudo das leis eclesiásticas, civis e criminais, assim como políticas. Na sua tentativa para descrever uma cena de costumes e de paixões, o historiador moderno vai atribuir o maior destaque ao imposto do sal; e já se reivindica outro imposto; aflui a guerra, a navegação e o comércio. Como eram fabricadas, na época, as armas? De onde vinha a madeira para as construções? Quanto valia uma libra de pimenta? Tudo se perde se o autor não observou que o ano começava na Páscoa e que ele lhe havia atribuído a data do 1º de janeiro. A sociedade permanecerá desconhecida se for ignorada a cor da parte superior dos calções do rei e o preço de oito onças de prata.”³⁴ Enquanto o medievalismo do século XVIII se apoiava no direito público e no estudo das prerrogativas régias (através de decretos e leis, área dos feudistas e juristas), o do século XIX enfatizava o Povo e a Nação (essencialmente através das crônicas, narrativas, poesias e canções populares).

As razões dessa postura foram perfeitamente resumidas em “L’Enchanteur”, prefácio de *Études historiques* (1831): “Atualmente, ao lermos nossa história do passado, ficamos mortificados pelo fato de nos sentirmos perdidos [...]. Nada foi criado pelos historiadores do século XIX; ocorre que, à sua frente, eles deparam-se com um novo mundo que lhes serve de escala-padrão para avaliar o mundo antigo. Antes da Revolução, os manuscritos eram questionados apenas em relação aos padres, nobres e reis. Pelo contrário, agora, nossa pesquisa interessa-se exclusivamente pelo que diz respeito à vida dos povos e às transformações sociais: ora, esse aspecto foi completamente desdenhado pelos documentos oficiais.” No seu esforço para manter-se acima da corrente das histórias sucessivas, Chateaubriand tirou a conclusão de que, “antes da época da Revolução, deve-se distinguir duas escolas históricas: a escola do século XVII e a escola do século XVIII, em que uma é erudita e religiosa, enquanto

33. Camille Jullian, *Notes sur l’histoire en France au XIX^e siècle*, Paris, 1896. Cf. ainda *Les Politiques de l’archéologie du milieu du XIX^e siècle à l’orée du XXI^e siècle*, Atenas: École française d’Athènes, 2000; e *Mélanges de l’École française de Rome: Italie et Méditerranée*, 113/2, “Antiquité, archéologie et construction nationale au XIX^e siècle”, 2001.

34. Chateaubriand, *Études historiques* (1831), prefácio, p. 4-5. Cf. A. Dollinger, *Les Études historiques de Chateaubriand*, Paris, 1932.

a outra é crítica e filosófica; na primeira, os beneditinos reuniam os fatos e Bossuet empenhava-se em divulgá-los; na segunda escola, os Enciclopedistas criticavam os fatos e Voltaire dedicou-se a expô-los às disputas entre os letrados. Nossa escola moderna do século XIX pode ser designada como a escola política; ela é também filosófica, mas diferente da escola do século XVIII.”

Por sua vez, desde o primeiro curso sobre *Les Origines du gouvernement représentatif en Europe*, Guizot afirmava que “o passado transforma-se com o presente”: “Tudo se transforma no homem e à sua volta [...], o ponto de vista a partir do qual ele considera os fatos, assim como suas disposições para proceder a esse exame.”³⁵ O professor analisava a atividade historiográfica em seu contexto: “Segundo o estado político e o grau de civilização, os povos consideram a história sob determinado aspecto, procurando determinado gênero de interesses nesse estudo.”³⁶ A “primeira época das sociedades” conheceu uma história poética, “narrações brilhantes e ingênuas que encantam uma curiosidade ávida e fácil de satisfazer” — por exemplo, os textos de Heródoto. Em seguida, uma história filosófica, “série de dissertações sobre a caminhada do gênero humano” — de que E. Gibbon e D. Hume deixaram exemplos notáveis — correspondeu perfeitamente “ao tempo dos conhecimentos, da riqueza e do lazer”. Por último, uma história “prática”, tal como em Tucídides ou Lord Clarendon, forneceu “instruções análogas às necessidades experimentadas pelas pessoas em sua vida concreta”; ela correspondeu a “uma vida política animada e intensa”. Atualmente, “por uma rara convergência de circunstâncias, todos esses gostos e todas essas necessidades parecem estar reunidas; a história é agora, entre nós, suscetível de todos esses gêneros de interesse”. Com efeito, ela dá testemunho de um respeito novo pelo princípio fundamental da civilização, “ideia preeminente que toma a dianteira e é predominante em toda parte em que se manifesta o espírito humano: a justiça equitativa, aplicada em escala universal”. O respeito pelo passado, aqui, “não aprova nem impõe o

35. François Guizot, *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*, Paris, 1855, t. I, 1ª lição, p. 2 (doravante HOG).

36. *Ibidem*, t. II, p. 6-10.

silêncio ao que é falso, culpável ou funesto. [...] O tempo não recebeu a ímpia missão de sancionar o mal ou o erro; pelo contrário, além de desvendá-los, serve-se deles”. Desse imperativo absoluto, o século XIX manifesta uma consciência bem apurada: “É reduzido, talvez, o número de pessoas para quem o dever de todos os tempos é a imparcialidade, a qual, em meu entender, é a vocação de nossa época; mas”, acrescenta ele imediatamente, “em vez da imparcialidade insensível e estéril que surge da indiferença, trata-se da imparcialidade enérgica e fecunda, inspirada pelo amor e pela visão da verdade.”³⁷

A probidade intelectual da nova história está associada intimamente à sua eficácia social. Esse apogeu da inteligência do historiador é, simultaneamente, o de sua publicidade: ela “deixou de ser o patrimônio dos eruditos” quando os espíritos “tornaram-se capazes de compreender o homem em todos os graus de civilização” e serviram-se desse saber. Em suma, “sua utilidade deixou de ser, como outrora, uma ideia geral, uma espécie de dogma literário e moral, professado de preferência pelos escritores, e não tanto adotado e aplicado pelo público. Agora, trata-se de uma necessidade para o cidadão que pretenda tomar parte nos negócios de seu país ou somente ter um julgamento criterioso.” A tarefa do historiador é, ao mesmo tempo, política e ética.

O *Cours d'histoire moderne* é um *Métier d'historien* duplicado por um breviário político, cujo único programa resume-se deste modo: “Descobrir a verdade, realizá-la fora, nos fatos exteriores, em benefício da sociedade; transformá-la, dentro de nós, em crenças capazes de nos inspirar o desprendimento e a energia moral que são a força e a dignidade do homem neste mundo.”³⁸ Sob esses dois aspectos, o empreendimento de conservação assumia, em 1830, uma evidente atualidade; ele devia estar a serviço da sociedade, levando-a a respeitar a ordem sublime da justiça, tanto quanto isso fosse humanamente possível.³⁹

37. *Ibidem*, t. I, p. 13.

38. François Guizot, *Histoire de la civilisation en France depuis la chute de l'Empire romain jusqu'en 1789*, 11. ed. Paris, 1869, p. 30 (doravante HCF).

39. Cf. Philippe Raynaud, “Le Libéralisme français à l'épreuve du pouvoir”, in Pascal Ory (org.), *Nouvelle Histoire des idées politiques*, Paris: Hachette, 1987, p. 172, sobre a “antropologia pessimista”.

Na sequência dos tumultos do início do século, numerosos monumentos trocaram de mãos; daí em diante, eles dependiam do direito exclusivo de proprietários. De forma mais geral, a manutenção e a transmissão dos patrimônios tradicionais estavam ameaçados pela situação movimentada da época. Como reconhecer a legitimidade social e o interesse da civilização sem fazer apelo ao Estado? Paralelamente, a fisionomia da verdade histórica estava passando por uma completa mutação. Enquanto ator dessa revolução historiográfica, o próprio Guizot entendia associar a “verdade poética” à “história filosófica como estudo da organização geral e progressiva dos fatos”.⁴⁰ Como pensar, de comum acordo, a história filosófica e o inventário estatístico, além da petição de princípio de “manter, ao mesmo tempo, o rigor do método científico e o legítimo predomínio da inteligência”⁴¹? Somente a unidade do ponto de vista adotado — o da civilização — permite que o historiador “ensine o passado não apenas à memória, mas à inteligência”.⁴² A conservação dos monumentos recebia, assim, sua legitimidade tanto intelectual como política e social.

Uma teoria do patrimônio

Qualquer sociedade exige que sua memória seja bem cuidada. Contrariamente à tentação da tabula rasa — “a febre que às vezes atinge os povos no âmage das mais úteis e mais gloriosas regenerações” —, o herói da obra de Guizot, *L'Histoire de la révolution d'Angleterre* (1854), Cromwell, fazia prevalecer o bom senso, ou seja, a conservação. Com efeito, “sob o efeito de uma crise violenta, os povos podem momentaneamente negar seu passado, até mesmo abominá-lo; mas não conseguiriam esquecê-lo, nem desligar-se dele por muito tempo e de

40. François Guizot, *HCF*, t. I, 11ª lição, p. 313-315.

41. *Ibidem*, t. I, 2ª lição, p. 33-35. Cf. ainda 11ª lição, p. 313-315.

42. Advertência do editor, in François Guizot, *Histoire de la civilisation en Europe*, org. Pierre Rosanvallon, Paris: Hachette, 1985, p. 41 (doravante *HCE*).

forma absoluta”.⁴³ Ora, o século XIX francês conheceu, precisamente, a obsessão de viver os últimos momentos de uma tradição.

Aubin-Louis Millin, no verbete “Monumento” de seu *Dictionnaire des beaux-arts*, observava o seguinte: “Nos cinco volumes de minha obra *Antiquités nationales*, mandei gravar um grande número de monumentos da França setentrional; atualmente, na sua maioria, eles foram destruídos, mutilados ou desnaturados.” A abertura da famosa obra — a já citada *Voyages pittoresques et romantiques dans l'Ancienne France*, de Nodier, Taylor e Cailleux, cujos volumes foram publicados entre 1820 e 1854 — exprimia a emoção de uma época: “Os monumentos passam rapidamente [...]. A marca deixada pelo tempo nesses vestígios é de tal modo incisiva que, ao observá-los pela segunda vez, já hesitamos em reconhecê-los; além disso, nossos croquis, desfigurados pela precipitação dos demolidores, não passam, atualmente, talvez, do retrato do que deixou de existir” (*Ancienne Normandie*, 1820). Mas, se numerosos autores deploravam o declínio do interesse pelos monumentos antigos, tal como ele havia sido garantido pela propriedade religiosa ou pela memória dinástica, Guizot não denunciava os culpados do “vandalismo”, nem preconizava, à guisa de solução, a restauração das memórias extintas, mas pensava o patrimônio em termos sociológicos de opinião pública. Com efeito, a importância do passado para o presente é variável. Convém estabelecer uma distinção entre “acontecimentos consumados” e “porção imortal da história”: se os primeiros tornam-se rapidamente indiferentes para nós, “todas as gerações têm necessidade de assistir [aos fatos gerais] para compreenderem o passado e para se compreenderem a si mesmas”.⁴⁴ Em suma, a relação com o passado deveria ser ponderada, em plano semelhante a todas as atividades humanas para as quais a civilização contemporânea exige “a legitimidade dos motivos e a utilidade dos resultados”.⁴⁵

O estiolamento da conservação tradicional, até mesmo seu desaparecimento, devia-se, segundo Guizot, a uma extenuação dos poderes

43. François Guizot, *HOG*, t. I, p. 10.

44. *Idem*, *HCE*, p. 258-259.

45. *Idem*, t. 1, 1ª lição, p. 30. Sobre este tema, cf. Douglas Johnson, *Guizot, Aspects of French History, 1787-1874*, Londres: Routledge, 1963, p. 283-288, 330-332.

sociais, associada às mutações da civilização. A conservação “arcaica” revestia uma dimensão religiosa, ou familiar, em suma, de “governo”; em seu entender, assistia-se a seu desmantelamento gradual em decorrência do declínio dos “poderes de toda a espécie existentes na sociedade, desde o poder doméstico, restrito à família, até o poder público situado na cúpula do Estado”. Responsáveis, há pouco, pelas “relações entre os homens sem que estes tivessem oportunidade de manifestar sua vontade”, tais poderes acabaram sendo substituídos pela “sociedade sem governo que subsiste pelo desenvolvimento espontâneo da inteligência e da vontade humana” e é chamada a tornar-se o “fundo do estado social”.⁴⁶ A figura da última testemunha encarnava em *Cours d'histoire moderne* o esgotamento dessa relação com o passado. A personagem foi tomada de empréstimo à criação romanesca — aliás, esse não foi o único caso de intercâmbio entre história e ficção, profusamente praticado pelos historiadores de sua geração. Trata-se de um extrato da obra *Les Puritains d'Écosse*, de Walter Scott, dedicado ao “respeito e à devoção” de que “os túmulos dos mártires puritanos” são “ainda objeto por parte de seus partidários”: “Há sessenta anos que alguém [...], chamado Robert Patterson — descendente, segundo parece, de uma das vítimas da perseguição —, deixou sua casa e sua pequena herança para se dedicar à manutenção desses modestos túmulos [...]. As famílias dos mártires e os zeladores da seita garantiram-lhe a hospitalidade [...]. Por ignorar seu verdadeiro nome, o povo designava-o pela alcunha de *Old Mortality* (o homem dos mortos dos tempos antigos), de acordo com o ofício ao qual ele havia consagrado sua vida.”⁴⁷

Nos dias de hoje, ao contrário, a força motriz da solicitude conservadora parecia passar da “perpetuidade e da regularidade [...] impostas pelos

46. François Guizot, *HCF*, t. III, 11ª lição, p. 271-272. Em particular, à semelhança de B. Constant, ele observa que “o poder abandonou as famílias”. Cf. Benjamin Constant, *De la Liberté chez les modernes*, org. Marcel Gauchet, Paris: Hachette, 1980, p. 181-183.

47. *Ibidem*, t. II, 17ª lição, p. 28-29. O primeiro capítulo de *Old Mortality* (1816) — obra traduzida em francês sob o título *Les Puritains d'Écosse* — desenvolve o paralelo entre a tarefa de limpeza dos túmulos e os interesses do romance histórico pelo passado. Sabe-se que, de acordo com as lembranças de Paul Lafargue, tratava-se de um dos romances preferidos de Karl Marx.

poderes” para a energia íntima da pessoa. Na sociedade contemporânea, a manutenção dos monumentos abandonados, em razão principalmente do desaparecimento de diversas corporações sociais — ou, mais exatamente, da remodelação do respectivo passado — exigia uma memória por assim dizer individual, eventualmente mobilizada no seio de novas sociabilidades. Uma conservação “espontânea” devia atenuar, de algum modo, a perda das conservações impostas. No entanto, o patrimônio daí resultante não podia ser, logicamente, arbitrário, mas o da inteligência e da justiça. O documento *Rapport en vue de créer un poste d'inspecteur général des monuments historiques*, apresentado ao rei em 21 de outubro de 1830, esboçava a história das antiguidades nacionais nestes termos: “No desfecho da Revolução Francesa, alguns artistas esclarecidos que tinham presenciado o desaparecimento de um grande número de monumentos preciosos sentiram a necessidade de preservar o que havia escapado à devastação: o museu dos Petits-Augustins, fundado pelo senhor Lenoir, preparou a retomada dos estudos históricos e criou as condições para apreciar todas as riquezas da arte francesa. A dispersão fatal desse museu levou os arqueólogos e artistas a se interessarem pelo estudo das localidades; assim, a ciência aumentou a amplitude de sua ação e ganhou maior dinamismo; bons escritores juntaram-se à elite de nossa escola de pintura para dar a conhecer os tesouros da França dos tempos passados. Esses trabalhos, que se multiplicaram durante os últimos anos, não tardaram a produzir excelentes resultados nas províncias: formaram-se centros de estudo; monumentos foram preservados da destruição; os conselhos regionais e as municipalidades votaram recursos financeiros para esse fim; o clero foi impedido de continuar as reformas deploráveis que haviam sido impostas aos edifícios sagrados por um gosto equivocado a respeito da renovação. Tais esforços, porém, produziram apenas resultados incompletos: a ciência carecia de um centro de decisão para orientar as boas intenções manifestadas em quase todos os cantos da França; era necessário que o impulso fosse desencadeado por uma autoridade de âmbito nacional.”⁴⁸

De 1815 a 1830 (e sobretudo após 1840), surgiu nas províncias um grande número de associações e sociedades eruditas, aos poucos

48. Cf. Françoise Choay, *op. cit.*, p. 259. [N.T.]

enredadas pela centralização parisiense. A propósito da reorganização da École des Chartes, Augustin Thierry já se referia à “aplicação da centralidade administrativa às pesquisas históricas”, “lei do século XIX” e, “com o desaparecimento da associação religiosa, a influência crescente das antigas corporações científicas”.⁴⁹ A Sociedade da História da França foi fundada em 1833. Depois de ter iniciado um *Cours* sobre monumentos da Antiguidade, em Caen, em 1830 — sob os auspícios da Sociedade dos Antiquários da Normandia, da qual ele também tinha sido um dos fundadores —, Arcisse de Caumont fundou a Associação Normanda, a Sociedade Francesa para a Conservação dos Monumentos, o Instituto das Províncias e, por fim, organizou os Congressos Científicos Regionais da França. No decorrer de todo o século XIX, o estudo das antiguidades nacionais foi concebido como o cimento do patriotismo francês, o instrumento privilegiado da reunião das localidades com a Nação. No alvorecer da nova história, que, aliás, havia despertado seu interesse, Augustin Thierry fixou seu programa deste modo: “O primeiro mérito de uma história nacional escrita para um grande povo consistiria em evitar o esquecimento de alguém, promovendo, assim, a apresentação dos homens e dos fatos relacionados com cada parcela de território. A história do lugarejo, da província ou da cidade natal é a única capaz de despertar em nós um interesse patriótico.”⁵⁰

A administração do luto e da ressurreição

A conservação moderna, à imagem daquela preconizada em *Old Mortality*, exige um delegado para desempenhar o trabalho de memória. Além de sancionar as iniciativas das pessoas idôneas, o Estado confie a missão de dirigi-las de maneira oportuna. Tal responsabilidade incumbe, naturalmente, ao poder porque, “ao falar de maneira geral, o poder [pertence] ao espírito superior e, por conseguinte, este [é] a

49. Augustin Thierry, *Récits des temps mérovingiens*, précédés de *Considérations sur l'histoire de France*. Cf. *History and Theory*, vol. 15, n. 4, Beiheft 15: *Augustin Thierry and Liberal Historiography*, 1976.

50. Auguste Thierry, *Lettres sur l'histoire de France*, II, 1826.

situação natural e legítima do poder”.⁵¹ Torna-se desnecessário legislar sobre essa matéria, porque o progresso da civilização acarreta a caducidade das “leis morais”, “espécie de pregação, instrumento de ensino” dos tempos arcaicos; o século XIX conhece apenas “leis respaldadas na ciência que, além de depositarem a confiança na moralidade e na razão dos indivíduos, deixam tudo o que é puramente moral no domínio da liberdade”.

O inspetor tem, assim, a missão de “entrar em contato direto com as autoridades e com as pessoas que se dedicam a pesquisas relativas à história de cada localidade, [de] esclarecer os proprietários e os detentores sobre a importância dos edifícios, cuja conservação depende de seus cuidados e, finalmente, [de] incentivar, orientando-o, o zelo de todos os conselhos de departamento e das municipalidades, de maneira que nenhum monumento de valor incontestável desapareça em razão da ignorância e da precipitação, e sem que as autoridades competentes tenham tentado todos os esforços convenientes para garantir sua preservação e, também, de forma que a boa vontade das autoridades ou dos particulares não se esgote em objetos indignos de seus cuidados”⁵².

Graças a essa incansável informação do corpo social, mediante a reunião de administradores e de proprietários, confere-se, “aos espíritos mais recalcitrantes, a consciência da necessidade de que o governo se mantenha ativamente vigilante em relação aos interesses da arte e da história”. O inspetor “orienta as boas intenções manifestadas em quase todos os cantos da França”, à imagem de um Estado que seja um “centro de impulso e de coordenação de uma rede, bastante ampla, de influências e de conhecimentos relativamente autônomos”.⁵³ Para ser coroado de êxito, “lógico ou social”, o empreendimento obedece

51. François Guizot, *Des Moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France* (1821); extratos apresentados por Pierre Manent, *Les Libéraux*, II, Paris: Hachette, 1980, p. 150.

52. O *Rapport* é publicado, por exemplo, como anexo da obra de F. Guizot, *Mémoires*, *op. cit.*

53. Guizot descreve a “dupla história” da centralização civilizadora seguida por uma descentralização “distribuída de forma conveniente”, em *HOG*, p. 59. Cf. o aprofundamento de Pierre Rosanvallon, *Le Moment Guizot*, Paris, Gallimard, 1985, p. 63.

às exigências científicas (imparcialidade e exaustividade da recensão), assim como aos princípios de governo (liberdade de iniciativa, garantia da propriedade, descentralização...). Portanto, a tarefa do inspetor geral tem a ver, por excelência, com o talento político, cujo ideal é esboçado por Guizot em seu livro *Cours d'histoire moderne*: “Aliar a lucidez teórica e a consequência lógica do filósofo com a flexibilidade de espírito e de bom senso de quem possuiu experiência.”⁵⁴

Uma fórmula quase mercantil de Ludovic Vitet, a propósito das bibliotecas, resume perfeitamente este pragmatismo esclarecido: “Convém”, escreve ele, “voltar a introduzir a vida [...] nesses galpões de mercadorias obsoletas e sem consumidores.”⁵⁵ O patrimônio de uma civilização é também o do senso comum, da opinião geral e até mesmo dos preconceitos, ou seja, da “força das coisas”, conceito-chave do historicismo de Guizot. Em poucas palavras, trata-se de “vivificar” um patrimônio “já pronto”: a política dos doutrinários distingue-se absolutamente do princípio revolucionário baseado na redescoberta das riquezas nacionais, até então desnaturadas ou espoliadas, como foi mostrado no capítulo precedente.

Desse ponto de vista, Guizot foi levado a comentar o franco sucesso obtido pelo legado da Idade Média. Sua obra *L'Histoire de la civilisation en France* constata que “seria impossível desconhecer o atrativo que suas tradições, seus costumes, suas aventuras e seus monumentos suscitam no público. Pode-se questionar, neste aspecto, as letras e as artes; pode-se abrir as histórias, os romances e as poesias de nosso tempo; pode-se entrar nas lojas de móveis e de curiosidades; por toda parte, encontrar-se-á a Idade Média analisada minuciosamente e reproduzida, suscitando a reflexão e servindo de diversão ao gosto”.⁵⁶ Essa vertente da opinião implica tentativas de manipulação partidária que são condenadas formalmente por Guizot. A hostilidade dos “amigos sinceros da ciência e do progresso da humanidade” contra a época feudal conta com a admiração daqueles que, nesse período, “procuram inspirações (para o) despotismo e (para o)

54. François Guizot, *HCF*, t. II, 28ª lição, “Hincmar, sa vie, ses écrits”, p. 351.

55. Ludovic Vitet tinha visitado os departamentos de Oise, Aisne, Marne, Nord e Pas-de-Calais.

56. François Guizot, *HCF*, t. III, 1ª lição, p. 11-12.

privilégio”. E ele tira a seguinte conclusão: “Aqui e por toda parte, a impiedade provocou a superstição.” “O passado tão desdenhado e tão abandonado por uns tornou-se para os outros o objeto de um culto idólatra”; além disso, “utopias no passado” corresponderam às utopias dos “mestres do futuro”. Todos esses esforços são inúteis, porque “as massas são governadas por ideias e paixões simples, exclusivas; por isso, não se deve rezear que elas julguem de forma demasiado favorável a Idade Média e seu estado social”.⁵⁷

Do mesmo modo que os doutrinários resistiram ao retorno ao Antigo Regime e, ao mesmo tempo, à “adesão, até mesmo especulativa, aos princípios revolucionários” (Pierre Rosanvallon), assim também a Idade Média de Guizot evitou cuidadosamente as trevas voltairianas e a lenda cor de rosa à maneira de Sainte-Palaye; aliás, Guizot rejeitou vigorosamente conformar-se à moda que, além do mais, não chegou a atrair realmente seu gosto pessoal. Ele limitou-se a manifestar um interesse intelectual em relação a um período que se confunde com “o berço das sociedades e dos costumes modernos. Daí datam, efetivamente: 1) as línguas modernas [...]; 2) as literaturas modernas [...]; 3) a maior parte dos monumentos modernos nos quais, durante séculos, se reuniram — e ainda hoje se reúnem — os povos, igrejas, palácios, prefeituras, obras de arte e de utilidade pública de toda a espécie; 4) quase todas as famílias históricas [...]; 5) um grande número de acontecimentos nacionais, importantes em si mesmos e durante muito tempo populares [...], em poucas palavras, quase tudo o que preocupou e agitou, durante séculos, o imaginário do povo francês”.⁵⁸

Se as Luzes ignoraram sua importância, incumbe à imparcialidade presente posicionar essa época no lugar apropriado; inversamente ao século XVIII, o século XIX compreendeu, sobretudo, “o verdadeiro papel desempenhado pela imaginação na vida do homem e da sociedade”. O quadro da anarquia feudal e das lutas da burguesia, confrontado com a evocação da civilização atual, permite associar as instituições “jovens”, instauradas “em nome da razão e da filosofia”, “aos princípios

57. *Ibidem*, p. 13.

58. *Ibidem*, p. 15.

presentidos e às garantias procuradas no mesmo sentido, através dos séculos”. Em suma, a Idade Média pode servir de suporte a um governo ainda privado do “poder das lembranças”. Tal necessidade é tanto mais decisiva quanto maior foi a submissão das vontades, durante muito tempo, a “terríveis acontecimentos” que haviam colocado em dúvida as respectivas potencialidades. A “reforma moral”, sobretudo, da qual procede a placidez da vida social (“a repressão das vontades individuais nunca teve de recorrer à menor força pública”) contentou-se com o estiolamento dos caracteres. Portanto, Guizot regozijou-se com o fato de que a representação da civilização medieval tivesse fornecido à individualidade contemporânea — cuja “energia íntima (é) fraca e tímida” — uma lição salutar, “mostrando-nos a capacidade de um homem ciente de suas crenças e de seus desejos”.⁵⁹

A iniciativa de Guizot punha um termo à incerteza da primeira metade do século XIX, quando o programa de uma conservação do passado era claramente concebido e exposto sem traduzir-se em atos, por falta de uma concepção da nação que se conformasse aos valores específicos dos tempos e dos lugares. “Sempre fez falta à França” — lê-se no relatório da Académie des Inscriptions, redigido em 1818 por iniciativa do conde de Laborde — “atribuir a devida importância a essa espécie de riqueza, de velar por sua conservação e de procurar, do ponto de vista da instrução e da história nacional, tirar partido desse material.”⁶⁰ O conceito administrativo de “monumento histórico” baseia-se em uma arqueologia moderna, cujo esboço foi fornecido por alguns precursores, tais como Sérour d’Agincourt e Alexandre Lenoir. Diferentemente deles, Guizot conferiu um sentido à reunião dos catálogos e da narrativa cronológica: o da história da civilização, moldura universal de uma representação cultural — portanto, particularizada — da nação.

59. *Ibidem*, p. 24.

60. *Apud* Laurent Theis, “Guizot et les institutions de mémoire”, in Pierre Nora (org.), *Les Lieux de mémoire*, II, *op. cit.*, p. 574.

Uma história do ponto de vista da civilização

Ao servir-se das ciências naturais como referência, o ideal de Guizot consistia em pintar a fisionomia exata do passado, graças à síntese da “anatomia ou a busca dos fatos”, da fisiologia ou “o estudo de sua organização” e, finalmente, da “reprodução de sua forma e de seu movimento”.⁶¹ Sua obra *L’Histoire de la civilisation en Europe* fornece um repertório cuidadosamente hierarquizado de todos esses aspectos, desde os “fatos materiais, visíveis, tais como as batalhas, as guerras, os atos oficiais dos governos”, até os “fatos morais, ocultos, que nem por isso deixam de ser reais”. “Existem fatos individuais que têm um nome próprio; quanto aos fatos gerais, é impossível atribuir-lhes uma data precisa, circunscrevê-los em limites rigorosos, sem que por isso deixem de ser fatos semelhantes aos outros, ou seja, fatos históricos, que não podem ser excluídos da história sem mutilá-la.”⁶² Guizot preocupou-se, particularmente, com a história dos “fatos mais importantes, mais sublimes em si mesmos, sublimes independentemente de qualquer resultado externo e unicamente em suas relações com a alma do homem”, como são “as crenças religiosas e as ideias filosóficas, as ciências, as letras e as artes”.⁶³ Mas, para além disso, o “ponto de vista da civilização” é o único que permite considerar historicamente os “fatos individuais” no âmbito “do progresso e do desenvolvimento da atividade tanto social como individual”; tanto mais que sua “importância aumenta e [sua] sublimidade eleva-se por sua relação com a civilização”. “Existem, até mesmo, oportunidades”, acrescentava o professor, “em que os fatos mencionados [...] são frequentemente considerados e julgados do ponto de vista da sua influência sobre a civilização; influência que se torna, até certo ponto e durante certo tempo, a medida decisiva de seu mérito e de seu valor.”⁶⁴ Em poucas

61. François Guizot, *HCF*, t. I, 11ª lição, p. 313-315.

62. *Idem*, *HCE*, p. 57-58.

63. *Ibidem*, p. 59.

64. *Ibidem*, p. 60, 64. “Reconhecer e pintar, sob os nomes próprios e os acontecimentos particulares, o destino e os trabalhos, as vitórias e os fracassos da sociedade e da alma humana.”

palavras, a ideia de civilização é “o fato geral e definitivo: o de convergência de todos os outros, seu resumo”.

Semelhante distinção entre parte caduca e parte decisiva da memória é válida, de maneira mais ampla, entre os contemporâneos, como critério de julgamento estético: evocado pela filosofia estética de Victor Cousin, sua melhor ilustração deve ser procurada, talvez, em Baudelaire. São bem conhecidas as fórmulas emblemáticas do *pintor da vida moderna*: “O belo é feito por um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil de determinar, e por um elemento relativo, circunstancial, que será, se quisermos, alternadamente ou em conjunto, a época, a moda, a moral, a paixão [...]”. A modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente, a metade da arte, em que a outra metade é o eterno imutável.” Entretanto, no *Salon* de 1846, Baudelaire fornece uma leitura em termos de memória: nesse texto, Horace Vernet é ferozmente criticado por sua “memória de almanaque” que “sabe o número de botões em cada uniforme”. Em compensação, o desenvolvimento dedicado a “Do ideal e do modelo” afirma que “a lembrança (é) o grande critério da arte; a arte é uma mnemotécnica do belo”. Semelhante princípio redundante em conselhos adaptados: por exemplo, “a imitação exata estraga a lembrança”, ou “particularizar ou generalizar demais impedem, igualmente, a lembrança”. Nesse apelo à memória, que acompanha uma recusa categórica do ecletismo, Michael Fried reconhece uma reação à década de 1830-1840, marcada pela multiplicação das alusões aos temas e aos estilos históricos nas artes.⁶⁵ Uma dupla exigência orienta, então, a reflexão de Baudelaire: a arte contemporânea deve fazer referência a uma memória das obras anteriores, mas esses vestígios de uma longa cadeia de lembranças não devem anunciar-se como tais. Ou, dito em outras palavras, esse patrimônio artístico deve ser quase inconsciente, embora deixe a marca de sua *aura* nas obras presentes, como a parcela mais significativa da memória.⁶⁶

65. Michael Fried, “Painting Memories: on the Containment of the Past in Baudelaire and Manet”, in *Critical Inquiry*, vol. 10, n. 3, 1984, p. 510-542.

66. Essa construção acaba por evocar Winckelmann, cujo sistema articula, de maneira paradigmática, parte eterna e parte contingente na leitura da história da arte.

Em seu trabalho de historiador, Guizot empenhou-se também em conjurar a ruptura entre a “condição exterior do homem” e seu estado moral, sua “natureza íntima”. Em relação ao fundo — saber se “a sociedade é feita para servir o indivíduo ou o indivíduo para servir a sociedade” —, a obra *L'Histoire de la civilisation en Europe* tirava a conclusão da impossibilidade de dizer algo que não seja “conjetural” e se limita a copiar a profissão de fé do amigo Royer-Collard. Em compensação, compete ao historiador repetir que “existe uma estreita ligação entre essas duas porções da civilização”. Na França, “a marcha e o crescimento do homem e da sociedade ocorreram sempre [...] a pouca distância. [...] Nada se passou no mundo real sem que tivesse sido imediatamente captado pela inteligência, que, por sua conta, extraiu daí uma nova riqueza; nada no domínio da inteligência sem ter tido no mundo real, e quase sempre bastante rapidamente, sua repercussão e seu resultado. Em geral, inclusive as ideias na França precederam e provocaram os avanços da ordem social: eles prepararam-se nas doutrinas antes de se tornarem realidade; além disso, o espírito tomou a dianteira no caminho da civilização”.⁶⁷

Daí, a evidente consequência de método: “O estudo, a ciência, procede e deve proceder de fora para dentro. É de fora que vem sua primeira investida, e ao observá-la é que ela avança, penetra e chega gradativamente ao interior.” Pelo contrário, “na realidade, os fatos desenvolvem-se, por assim dizer, de dentro para fora; as causas são internas e produzem efeitos externos”. Portanto, o historiador há de começar “sempre pelo estudo do estado social”, sabendo bem que este “deriva, entre muitas outras causas, do estado moral dos povos [...]. As crenças, os sentimentos, as ideias e os costumes precedem a condição exterior, as relações sociais e as instituições políticas”.⁶⁸

Nesse esforço de representação do passado, que revela a dinâmica das condicionantes exteriores e da liberdade individual, da alma e da sociedade, a história das artes, especialmente da arquitetura, usufrui de um privilégio particular. O capítulo de *L'Histoire de la civilisation*

67. François Guizot, *HCF*, t. I, 1ª lição. Em seguida, vem a política: “Os progressos da igualdade social e os saberes da civilização precederam, na França, a liberdade política; por seu intermédio, ela será mais completa e mais depurada.”

68. *Ibidem*, t. I, 2ª lição, p. 33-35, 69.

em *France* dedicado ao castelo sob o regime feudal tem a ver, nesse aspecto, com um exercício escolar: como escrever uma arqueologia filosófica? Como passar — retomando a metáfora-chave da disciplina arqueológica — da superfície para a profundidade, de fora para dentro?

A “assustadora anarquia” dos séculos feudais, “sobretudo após a morte de Carlos Magno”, explica o desígnio exclusivamente utilitário da construção dos castelos, assim como sua profusão. “Nessa época, a guerra grassava, por toda parte; os monumentos da guerra deveriam estar, também, por toda parte. [...] Além da construção de numerosas fortalezas, tudo era transformado em fortificação, esconderijo ou habitação defensiva. [...] O território estava coberto por esse tipo de imóveis e todos possuíam o mesmo caráter.”

Essa restituição do “estado material das habitações feudais” não é, por si só, suficiente, nem se limita a fornecer os prolegômenos da narrativa: ela alimenta a inteligência com as questões propriamente históricas. “O que se passa no interior? Qual será o tipo de vida do proprietário? Que influência seria exercida sobre ele e sobre os outros habitantes por essa moradia e as circunstâncias materiais resultantes daí? Como e em que direção deveria desenvolver-se a pequena sociedade que ocupava o castelo, e quem era o elemento constitutivo da sociedade feudal?” O caráter primordial dessa habitação, o isolamento, que permite associar estado social e vida interior, nada tem de surpreendente para o ouvinte do *Cours d'histoire moderne*: em suas longas digressões, Guizot mostrou a feudalidade sob todos os seus aspectos, além de se servir de todas as suas variações. A essa característica fundamental acrescenta-se “uma ociosidade singular”: para resumir, “nunca tinha sido observado tal lazer em tal isolamento [...]. A única ideia do proprietário do castelo consistia em sair dessa situação. Fechado nesse recinto em ocasiões em que tal providência era absolutamente necessária para sua segurança ou sua independência, ele foi procurar fora, tão frequentemente quanto pôde, o que lhe fazia falta, ou seja, a sociedade e a atividade. A vida dos proprietários dos feudos passou-se nos caminhos e em aventuras”.

O habitat determinado até então pela insegurança geral aparece, por sua vez, como fonte de desordens. “Essa longa série de assaltos,

saques e guerras, que caracteriza a Idade Média, foi em grande parte o efeito do gênero de habitação feudal, assim como da situação material em que se encontravam seus donos; eles procuraram, por toda parte, o movimento social inexistente no seu interior.” Daí as cruzadas, cuja explicação se baseia nesta fórmula lapidar: “Eles foram mais longe e por outras causas; essa é a grande diferença.” No entanto, a demonstração não se limita ao estado social; os “dois aspectos característicos” da mentalidade feudal (“a selvagem e bizarra energia do desenvolvimento dos caracteres individuais” e “a obstinação dos costumes, sua longa resistência à mudança, ao progresso”) estão associados, igualmente, aos castelos. Com efeito, “as muralhas e os fossos dos castelos criaram obstáculos tanto para as ideias quanto para os inimigos”. No entanto, “ao mesmo tempo, [...] eles eram de certa forma um princípio de civilização. [...] A vida doméstica, o espírito de família e, particularmente, a condição das mulheres desenvolveram-se, na Europa moderna, muito mais completa e favoravelmente que alhures. [...] Nunca, em nenhuma outra modalidade de sociedade, a família reduzida à sua mais simples expressão — marido, mulher e filhos — encontrava-se tão compacta: seus membros estavam comprimidos uns contra os outros, separados de qualquer outra relação poderosa e rival.”

Em suma, “nos castelos é que surgiu e cresceu a cavalaria”, ou seja, o estado moral que se encontra na origem da sociedade feudal. Por sua arquitetura, é possível ler uma civilização inteira. Tal concepção da arqueologia exige a apreensão de um monumento social em sua integralidade. De fato, por defeito, “a história envolve e abrange a história da civilização” sob a abundância das obras e “cenas exteriores”⁶⁹, a tal ponto que torna impossível sua aparição. Essa leitura compartilha alguns dos pressupostos do uso do castelo como cronotopo, tal como ele é concebido, em particular, pelo romance histórico: de fato, este o transforma em ponto de interseção de um universo humano, ao mesmo tempo época e configuração espacial.⁷⁰

69. *Ibidem*, t. III, 5ª lição, p. 112-135.

70. Segundo Bakhtin, “o cronotopo determina a unidade artística de uma obra literária nas suas relações com a realidade [...] Na arte e na literatura, todas as definições espaço-temporais são inseparáveis e comportam sempre um valor emocional [...]”

Uma arqueologia dos Modernos

O inventário geral, imaginado em 1834, entende do mesmo modo superar a utilidade de um panorama dos monumentos de todas as épocas e de todos os lugares. Tal recapitulação do passado nacional, em seu intuito de compensar a amnésia e as ruínas, pretende sobretudo colocar em destaque o princípio de unidade, até então dissimulado ou mal compreendido: o sentido da civilização. A classificação, em um fichário completo, de todas as obras que nunca chegaram a ser edificadas deve fornecer “os vestígios do estado e do movimento geral dos espíritos”, do mesmo modo que, no *Cours d'histoire moderne*, o conjunto dos livros de um Alcuíno descrevia a vida intelectual, no reinado de Carlos Magno. O *Rapport au Roi sur l'état des travaux relatifs à la recherche et à la publication de documents inédits concernant l'histoire de France* (2 de dezembro de 1835) observa: “Ao deixar as ciências e as letras para considerar as artes, convém necessariamente trocar de método. Neste caso, está fora de questão descobrir e imprimir obras inéditas. Salvo algumas características especiais e em número reduzido, a história das artes não se encontra nos livros; ela está escrita nos próprios monumentos, cujas formas, variáveis de acordo com os tempos e os lugares, representam não só os princípios e as regras adotadas pelas diversas escolas, mas sobretudo o espírito, as ideias e os próprios conhecimentos que pertencem aos séculos evocados por elas.”⁷¹

Prevalece, então, a ideia de recorrer ao método moderno da investigação intelectual: se “as tabelas estatísticas [são] um dos melhores meios de estudar, sob certos aspectos, o estado de uma sociedade, por que razão”, pergunta Guizot, “não aplicá-las ao estudo do passado?” Trata-se de “apresentar, sob forma [de tabelas], os fatos especiais da época que,

a arte e a literatura estão impregnadas de valores cronotópicos, em diversos graus e dimensões. Qualquer motivo, qualquer elemento privilegiado de uma obra de arte apresenta-se como um de seus valores”. (Mikhail Bakhtin, “Du Discours romanesque”, *Esthétique et théorie du roman*, Paris: Gallimard, 1978, p. 85-233.)

71. Xavier Charmes, *Le Comité des travaux historiques et scientifiques*, Paris, 3 vols., 1886 (t. II, p. 46-47).

além de estarem relacionados de perto com os fatos gerais, culminam imediatamente na história da civilização. A tentativa não reproduz, de modo algum, [o passado] vivo e animado, à semelhança da narrativa; mas ela garante, por assim dizer, seu arcabouço, impedindo que as ideias gerais flutuem na imprecisão e ao acaso”.⁷² A estatística, cada vez mais utilizada “à medida que se avança no curso da civilização”, torna-se a ferramenta capaz de “fazer prevalecer, na ordem intelectual, o império dos fatos”⁷³; além de poupar ao *Cours* a inclusão de minúcias prejudiciais à exposição dos temas e de digressões demasiado dispersas, ela é a única a permitir a retomada e a integração da herança dos antiquários no âmbito da história filosófica. Com efeito, se a história das artes, “em relação à história geral, tem a vantagem de possuir e poder mostrar os próprios objetos que ela deseja dar a conhecer e submeter a um julgamento”, mesmo assim “é insuficiente limitar-se a ver, mas se deve compreender”.⁷⁴ A riqueza do material prejudica, então, o historiador, ao prodigalizar-lhe não tanto um testemunho apropriado, mas enigmas insolúveis.

O conhecimento da época é necessário para o entendimento das obras, como se verifica com a literatura: “Como compreender a história literária sem conhecer os tempos e os homens no meio dos quais foram erguidos os monumentos mencionados por ela?” Ocorre que tal conhecimento é insuficiente, já que “essas características decisivas que servem para explicar o caráter e a conduta dos povos [...] não desvelam, de modo algum, o segredo das causas que determinaram o espírito das literaturas. [...] A ação dos acontecimentos importantes da história sobre os textos escritos ocorre unicamente através de relações desconhecidas, distorcidas e quase imperceptíveis. [...] Assim, será reconhecida a influência dessas inumeráveis causas secundárias;

72. François Guizot, *HCF*, t. II, 20ª lição, p. 120. Nessa época, a preocupação com a estatística histórica assume uma grande importância, particularmente na Alemanha. Cf. G. Iggers, “L'Université de Göttingen, 1760-1800: La Transformation des études historiques”, in *Francia*, vol. IX, 1981, p. 602-621. Cf., de maneira mais geral, J.-L. Heilbron, “The Measure of Enlightenment”, in Tore Frängsmyr, J.-L. Heilbron e Robin E. Rider (orgs.), *The Quantifying Spirit in the 18th Century*, Berkeley: University of California Press, 1990, p. 207-242.

73. François Guizot, *HCF*, t. I, 1ª lição, p. 21-25.

74. *Idem*, *Corneille et son temps: Études littéraires* (1852), Paris, 1880, p. 1.

entretanto, é impossível definir com precisão sua natureza ou sua amplitude, e às vezes, até mesmo afirmar sua existência”.

Em poucas palavras, “o historiador que pretenda descobrir as causas determinantes do caráter e da orientação das literaturas modernas [está] reduzido a contentar-se com resumos raramente completos e com pesquisas raramente bem coordenadas”. Esse balanço refere-se não tanto à confissão de humildade do historiador, mas ao sentimento da complexidade das artes modernas, que, em *L'Histoire de la civilisation en Europe*, são julgadas “bastante inferiores, sob o ponto de vista da forma e da beleza”, às artes da Antiguidade; mas, “do ponto de vista do fundo dos sentimentos e das ideias, [...] mais vigorosas e fecundas”.⁷⁵ Tal imperfeição é o fruto paradoxal da “prodigiosa diversidade das ideias e dos sentimentos da civilização europeia”. No discurso preliminar de *Musée royal* (1816), Guizot já escrevia o seguinte: “Na época [moderna] em que a escultura começava a seguir os vestígios da escultura antiga e a pintura começava a produzir obras-primas que, provavelmente, nunca haviam sido imaginadas pelos próprios Antigos, surgiu uma arte (nova), a gravura”.⁷⁶ Ao lado de uma arqueologia antiga solidamente estabelecida a partir da “unidade simbólica” de seu material, a arqueologia moderna deve enfrentar os desafios de um *corpus* superabundante e disperso de monumentos desiguais ou, às vezes, defeituosos, sem deixarem de ser reflexos de uma civilização mais rica.

Entretanto, a tentativa canônica da “ciência da Antiguidade” é diretamente transferida para o campo nacional; deste modo, é reconhecida a necessidade de “uma série de monumentos variados, de diferentes épocas, para criar uma escola de arte, (além de) uma sucessão de tempos e de artistas para constituir uma história com esses elementos”. Sabe-se que “a arte e a história” na Antiguidade, “tal como esta nos foi legada pelo tempo”, encontram-se apenas entre os egípcios, os etruscos e os gregos”.⁷⁷ A época moderna conhece, do mesmo modo, uma nação

75. *Idem*, HCE, p. 77.

76. *Idem*, *Essai sur les limites qui séparent et les liens qui unissent les Beaux-Arts* (1816), La Rochelle, Rumeur des Âges, 1995, p. 57.

77. Raoul Rochette, *Cours d'archéologie*, Paris, 1828, 2ª lição, p. 39. Sobre a “disputa” ulterior com Viollet-le-Duc, cf. Bruno Foucart, *Viollet-le-Duc*, Paris: Galeries Nationales du Grand Palais, 1980, p. 101.

privilegiada: esse é o sentido da afirmação repetida, em Guizot e seus sucessores, sobre a amplitude cronológica e a variedade estilística do patrimônio francês. Por último, se a arqueologia faz “coincidir os trechos dos Antigos com os monumentos” para “apoiar-se no duplo conhecimento dos fatos e dos monumentos”⁷⁸, a criação de uma cátedra de história literária comparada da Europa moderna corresponde a essa exigência: ela permite, à semelhança do que ocorre com a disciplina canônica, a “equiparação dos mais belos monumentos da arte com os mais belos monumentos da literatura”. De acordo com sua obra *Mémoires*, Guizot atribuía um estatuto histórico, absolutamente privilegiado, à aparição simultânea dessas duas análises da modernidade.

“O movimento intelectual que contribuiu para a glória da Restauração” caracteriza-se, de fato, pelo “despertar do gosto pelos antigos monumentos históricos da França e pelo estudo das literaturas estrangeiras”. Apesar “da tentativa no sentido de tomar, desde então, algumas medidas para interromper a destruição das obras-primas da arte francesa e para dar a conhecer as obras-primas das letras europeias à França da época moderna”, “faltava um centro fixo e a garantia de meios de ação”⁷⁹; neste caso, a solicitude ministerial vai incidir sobre “as nobres aspirações da inteligência humana” a fim de “fornecer-lhes o apoio de instituições permanentes”. Enquanto Ludovic Vitet deve “prosseguir e popularizar a restauração dos antigos monumentos da França”, Cl. Fauriel empenhar-se-á em “espalhar o conhecimento e o sentimento das grandes produções literárias do gênio europeu”⁸⁰; a tomada

78. Cf. a carta de Millin para Champollion-Figeac, em 5 de *messidor* do ano X, *apud* Charles-Olivier Carbonell, *L'Autre Champollion*, Toulouse: IEP, 1982, p. 27. De forma mais abrangente, cf. Michel Dewachter e Alain Fouchard (orgs.), *L'Égyptologie et les Champollion*, Grenoble: Presses Universitaires Grenoble, 1994.

79. François Guizot, *Mémoires*, *op. cit.*, t. II, p. 66-69. Mais longe, a propósito das atribuições do ministério da Instrução Pública, Guizot retomava esse tema: “As artes mantêm, com a literatura, vínculos naturais e necessários; é apenas através desse trato íntimo e habitual que elas garantem a conservação de seu próprio e eminente caráter que é o culto do belo e sua manifestação diante dos homens. [...] Posicionadas longe da esfera da literatura [...], as artes correm sério risco de voltar a cair sob o jugo de uma exclusiva utilidade material ou das rudimentares fantasias do público” (t. III, p. 34-35).

80. Sobre o episódio, cf. Michel Espagne, “Claude Fauriel en quête d'une méthode ou l'Idéologie à l'écoute de l'Allemagne”, in *Romantisme*, n. 73, 1991, p. 7-18. Vamos

de consciência do fato artístico moderno encontra-se, portanto, na origem das duas iniciativas. Como é testemunhado pelo *Rapport* de 1830, ninguém — até Lenoir, que “havia preparado” os espíritos — “ainda havia percebido a importância” dos monumentos “do ponto de vista da arte”. De fato, nos séculos precedentes, eles haviam sido considerados apenas como “a fonte de relevantes ilustrações históricas”.

A conservação para o futuro

A conservação dos monumentos é, para Guizot, um fato da civilização contemporânea, distinto das atitudes anteriores; ela remete ao projeto de uma arqueologia moderna, tanto imparcial como científica, que exige, em primeiro lugar, um inventário das fontes. No âmago desse sistema de inteligibilidade, decalcado no modelo canônico da ciência da Antiguidade, o monumento aparece como o intermediário privilegiado entre o social e o individual; mas, sobretudo, expressão “exterior”, ele fornece a compreensão do “interior” e permite a descoberta dos princípios de uma civilização ao adotar o procedimento inverso de sua concepção e de sua construção, ou seja, do vestígio ao molde. De fato, ao dar crédito ao discurso ministerial de 1834, “o estudo que nos revela, de forma mais convincente, o estado social e o verdadeiro espírito das gerações passadas é o de seus monumentos religiosos, civis, públicos e domésticos, das diversas ideias e regras que presidiram sua construção, em poucas palavras, o estudo de todas as obras e de todas as variações da arquitetura que é o começo e, ao mesmo tempo, o resumo de todas as artes”. No entanto, o “Primeiro Ministro intelectual” de Luís Filipe — para aplicar-lhe a fórmula que ele próprio havia forjado para Hincmar — enlaça de maneira exemplar essa evocação do passado à administração de um espírito público. O patrimônio convoca as energias cidadãos em favor de uma cultura de governo: em primeiro lugar, ao mostrar que o poder atual inscreve-se

limitar-nos a indicar, aqui, a importância da transformação da relação com a literatura nacional, que se torna, igualmente, um “monumento histórico”. Cf. Michel Charles, “La Lecture critique”, in *Poétique*, n. 34, 1978, p. 129-151: “Descobre-se, assim, por uma via pedagógica e mediante a história, que não se conhece a própria língua.”

em um longo processo; e, em seguida, ao reanimar uma individualidade sensata, até mesmo abatida pelas circunstâncias, em seu proveito. Ele contribui para a luta contra “os dois graves perigos [da civilização atual]: o orgulho e a tibieza”. A tarefa do Inspetor dos Monumentos Históricos, seu estatuto institucional e a falta de uma legislação protetora ilustram a imbricação sociológica entre poder e opinião pública. A administração do patrimônio funde-se na atividade intelectual da própria sociedade; ela traduz a “dupla generalização” do poder e da sociedade, conformando-se ao princípio da civilização contemporânea, ou seja, a “soberania da razão, da justiça e do direito”, e não a qualquer idolatria do passado.

Ao mesmo tempo, *sursum corda* e lição de civismo, a conservação para os doutrinários é, além de uma ferramenta de governo, um adjuvante da moralidade individual contra “a indiferença e a apatia” das “classes favorecidas que se dedicam ao trabalho intelectual”.⁸¹ Ela metamorfoseia a preocupação tradicional do proprietário ao criar, nas pessoas idôneas, um novo imperativo nacional. À imagem do governo livre que tem “o desígnio e o objetivo de esquadrihar incessantemente a sociedade, de valorizar os espíritos superiores de todo o gênero [...], de conduzi-los ao poder e [...] obrigá-los a merecê-lo”⁸², o patrimônio é esse incansável trabalho de atualização do passado no horizonte de um país cada vez mais esclarecido e ético.

Assim, o princípio de conservação está associado à convicção de saber não só o que foi, mas o que deve ser e o que será a expressão arquitetural de uma época. O relatório do senhor de Gasparin, presidente do Comitê das Artes e Monumentos, sobre “as instruções relativas à conservação dos monumentos” (4 de maio de 1840) considera sete classes de monumentos: a última é dedicada aos “monumentos que existem apenas em projeto. Até o presente, escreve ele, foram abordados apenas os monumentos antigos, a arte do passado; mas a arte do futuro, os monumentos futuros deveriam constituir uma preocupação para o Comitê. Neste aspecto, ele

81. Em sua circular de 23 de julho de 1834, destinada aos membros das sociedades científicas, *apud* X. Charmes, *Le Comité des travaux historiques et scientifiques*, *op. cit.*, t. II, p. 309.

82. François Guizot, *Des Moyens de gouvernement et d'opposition*, *op. cit.*, in Pierre Manent, *Les Libéraux*, *op. cit.*, p. 157.

não se deve eximir de fornecer os numerosos pareceres que lhe têm sido solicitados. Na construção, que estilo de arquitetura deve ser adotado, de preferência, pela França?”⁸³ Para outros, mais radicais, somente o artista pode conceber e legar à posteridade a imagem — a lembrança — de seu tempo. A esse respeito, um David d’Angers apresentava uma formulação límpida, em 1848, por ocasião de um pedido de socorro em favor dos prêmios de Roma, referindo-se aos artistas como “arquivistas dos povos, encarregados de legar ao futuro os gloriosos anais da humanidade”.⁸⁴

De fato, a Segunda República (1848-1852) pretendeu abandonar, aparentemente, a categoria de “monumento histórico” em benefício de uma concepção sobretudo utilitária do monumento nacional, conservado por seu valor de uso. Como se tivesse assumido uma postura defensiva, o *Rapport* de 1850 afirmava que “os trabalhos com o objetivo de restaurar nossos antigos edifícios são, hoje em dia, bastante apreciados”, enquanto “há pouco, eram considerados apenas como objeto de estudo ou, até mesmo, de diversão para os arqueólogos”. Ele colocava em dúvida a pertinência da definição administrativa, herdada de Guizot: “Esses edifícios, definidos imprecisamente pelo nome de monumentos históricos, têm uma afetação pública e uma utilidade cotidiana. Salvo algumas ruínas romanas, gigantescas lembranças de um povo, cuja história constitui a base de nosso sistema de educação, o que são esses monumentos históricos além de igrejas, prefeituras, fóruns?”⁸⁵ Mas, tendo passado esse breve eclipse, prevaleceu a filosofia da Monarquia de Julho (1830-1848), em que Viollet-le-Duc passou por ser, sob certos aspectos, discípulo de Guizot.⁸⁶

Aliás, Guizot foi o primeiro a relacionar o respeito pela arte das épocas passadas — o sentido da arqueologia moderna — com a utilidade científica — o fichário da documentação — e com o uso cívico, ou seja, a mobilização das pessoas idôneas. O sucesso de tal

representação revelou-se excelente para identificar a conservação dos monumentos, para além da perspectiva própria dos antiquários, com a salvaguarda da civilização. A ideia, mais ou menos explícita, de uma verdadeira teleologia das heranças sucessivas veio rapidamente fortalecer essa convicção sobre a necessidade do patrimônio para a nação. A este propósito, o século XIX conheceu uma inflexão sensível que, de um sentimento “patriota”, passou, no final do período, para o que Maurice Agulhon designa como “um sentimento mais conciliador e apaixonado, de estilo bem francês”. Entretanto, mantém-se o princípio de que, para a conservação, deve ser suficiente a interação entre curiosidades, gostos e interesses, desde que a opinião pública tenha recebido o devido esclarecimento.

O espírito geral da conservação sob a Terceira República (1871-1940) baseou-se, assim, no investimento livre das preferências e interesses intelectuais na matéria; neste caso, o Estado desempenhou o papel de moderador ou serviu de última instância. Por ocasião do exame do projeto de lei Bardoux de 1878, o conselheiro do Estado Courcelle-Seneuil recomendou que a intervenção pública fosse requisitada apenas em favor de “um reduzido número de monumentos ou objetos suficientemente importantes para que sua conservação seja de interesse nacional, e não [de] todos aqueles que possam ser úteis para a ciência da história e para a arqueologia. De acordo com o curso natural das coisas, devem ser conservados com todo o cuidado apenas os monumentos e objetos que apresentem uma utilidade atual, ou seja, que sirvam para satisfazer os gostos e as necessidades da geração presente; ora, somente um interesse realmente superior poderá autorizar que sejam tomadas medidas de conservação artificial. A decisão relativa à conservação de monumentos e objetos de interesse secundário deve contar com os estudos de pessoas e sociedades esclarecidas, com a evolução do gosto e com a influência da opinião pública.” Acima de tudo, a ideia de que a conservação dos monumentos visa, para além da perspectiva própria dos antiquários, salvaguardar a expressão nacional, encarnação da civilização universal, tornou-se consubstancial ao discurso patrimonial. Louis Tétreau resumiu, em 1896, a legitimidade da conservação nestes termos: “A história das origens de um país, de

83. X. Charmes, *op. cit.*, III, p. 575.

84. Proposição de M. David d’Angers, in *L’Artiste*, 5ª série, vol. 1, ago. 1818, p. 224.

85. *Rapport au ministre de l’Intérieur par Mérimée*, apresentado à *Commission*, em 19 de julho de 1850, in *Recueil BN*, *op. cit.*

86. Cf. o parecer de B. Foucart, *Viollet-le-Duc*, *op. cit.*, p. 369-374.

sua civilização e de seu gênio está escrita em seus monumentos. A preocupação em conservar as obras de arte, testemunhas dos tempos passados, corresponde, portanto, a um sentimento nacional.⁸⁷ Ou, ainda melhor, a virtude da percepção do patrimônio, para Pariset, é quase condillaciana: “Espalhados em todo o território francês, esses monumentos suscitam, por bem ou por mal, naqueles que os contemplam desde sua infância, os mais elevados sentimentos [...]. Ao garantir a manutenção da integridade dos monumentos antigos, trabalha-se para elevar o nível artístico e moral daqueles que, por seu intermédio, recebem uma iniciação ao belo ou à imagem de nossas grandezas patrióticas.” A paisagem dos monumentos torna-se desse modo uma lição propícia a instruir seus habitantes — evocando uma convicção muito apreciada pelo patrimônio jacobino.⁸⁸

No decorrer da Terceira República, a imagem do “patrimônio”, sem ter passado ainda por qualquer ampliação, participou de um projeto democrático que era perfeitamente estranho à elaboração dos doutrinários. O sucesso da aculturação republicana da França (especialmente pela escola) ficou comprovado, antes de 1914, pelo fato de que, para retomar uma vigorosa conclusão de Alphonse Dupront, “a pátria tornou-se patrimônio”.⁸⁹ De fato, cada um “pode encontrar nela aquilo de que tem necessidade. Terrá, antepassados, história, ideal, promessa de futuro ou de glória e justificativa para o sacrifício: eis o que, de uma forma desconexa ou confusa, concorre para a subsistência da pátria.”

87. Sucessivamente, *Rapport... par M. Courcelle-Seneuil, Projet de loi pour la conservation des monuments historiques*, 1881, p. 2; e L. Tétreau, *Législation relative aux monuments et objets d'art*, Paris, 1896, p. 3.

88. “Apesar de serem bastante tributários de uma filosofia orleanista dos interesses, os integrantes da Terceira República conservam alguns aspectos dos antepassados ilustres da *rue Saint-Honoré*, a saber: a precedência do cidadão em relação ao homem privado e o papel pedagógico do Estado, portanto da escola, na formação do cidadão.” (François Furet, “Les Jacobins”, in *Lettre Internationale*, vol. 15, 1987, p. 86.)

89. Alphonse Dupront, *La France et les Français*, Paris: Gallimard, “Encyclopédie de la Pléiade”, 1972, p. 1433. Será possível comparar essa postura com a construção italiana, graças a uma monografia recente: Simona Troilo, *La Patria e la memoria: Tutela e patrimonio culturale nell'Italia unita*, Milão: Electra, 2005.

A RAZÃO PATRIMONIAL NO OCIDENTE

Alguns afirmavam que a arte de uma época marcada pela rapidez seria breve, do mesmo modo que houve quem predissesse, antes da guerra, que ela seria curta. A estrada de ferro deveria, assim, matar a contemplação; então, era inútil lamentar o tempo das diligências, mas o automóvel veio substituí-las e, de novo, os turistas detêm-se nas igrejas abandonadas.

Marcel Proust, *À la Recherche du temps perdu*.

No decorrer de sua viagem à Inglaterra com o amigo Chéruef, em agosto de 1834, Michelet foi visitar o castelo de Warwick, acessível habitualmente aos “turistas”. Ele confessa, então, ter sido “tocado pela liberalidade com que o *lord* abre a casa aos estrangeiros. A conservação de tal castelo custa somas enormes; ora, o proprietário usufrui dele menos que o público. Os viajantes sucedem-se sem interrupção. O filho do *lord* estava ocupado a pintar a paisagem. Levaram-nos ao quarto de dormir, ao toucador. Eu entrava com hesitação; parecia-me que era uma forma de violar a santidade do lar doméstico. Cartas e jornais estavam em cima da mesa da condessa; o retrato de Napoleão sobre uma cadeira. [...] Tal uso da opulência e da grandeza é realmente um sacerdócio da arte; prouvera que o fluxo nivelador, em fase ascendente, venha a respeitar esta arca da arte e da Antiguidade”.¹

Semelhante liberalidade inscrevia-se na herança do século XVIII, a de uma Inglaterra em que o patrimônio dos aristocratas, acessível a um público mais ou menos distinto, era considerado como herança da coletividade no âmbito de uma (falsa) consciência coletiva.² Suas formas permaneceram imutáveis de Jane Austen a 1914, tanto mais

1. Éric Fauquet, *Michelet ou la gloire du professeur d'histoire*, Paris: Cerf, 1990, p. 194.

2. Linda Colley, *Britons: Forging the Nation (1707-1837)*, New Haven: Yale University Press, 1992. Sobre o efeito de atualidade de tal leitura, cf. Francis Graham-Dixon, “The Albatross of the Past: Colley’s Britons and Early Twenty-First Century Britain”, in *Journal of Contemporary History*, vol. 9, 2005.